

## Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar<sup>1</sup>

Gabriel Mattos Ornelas<sup>2</sup>

Heloisa Soares de Moura Costa<sup>3</sup>

**Resumo:** Ao caracterizar as propostas elaboradas e as conexões construídas entre as questões ambiental, urbana e a segurança alimentar e nutricional, este artigo investiga a inovação relacionada à incorporação das temáticas da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Seu objetivo é contribuir para um melhor conhecimento da produção agrícola nas metrópoles que, conectadas com as dimensões culturais e de justiça ambiental, se apresenta como alternativa socioeconômica alinhada às noções de sustentabilidade. Diante dos desafios da gestão metropolitana - dinâmicas e especificidades dos conflitos socioambientais e impactos do federalismo - e algumas complexidades, complementaridades e conflitos a respeito da dicotomia entre rural e urbano, o artigo procura mostrar a necessidade de um conjunto articulado de medidas e estratégias de atuação interinstitucional com coordenação e cooperação federativa e com ativa participação da sociedade civil que fortaleçam, com base na agroecologia, o planejamento e as políticas territoriais.

**Palavras chave:** Planejamento Regional, Gestão Metropolitana, Segurança Alimentar e Nutricional, Agroecologia

## Planning to feed the metropolises: the incorporation of agriculture and agroecology in the planning of the Metropolitan Region of Belo Horizonte

**Abstract:** By characterizing the elaborated proposals and the connections built between environmental, urban and food and nutritional security issues, this article investigates the innovation related to the incorporation of the themes of agriculture and agroecology in the planning of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH). Intends to contribute to a better knowledge of agricultural production in the metropolises which, connected with the environmental justice and the cultural dimension, presents itself as a socioeconomic alternative aligned with notions of sustainability. Faced with the challenges of metropolitan management - dynamics and specificities of socio-environmental conflicts and impacts of federalism - and some complexities, complementarities and conflicts regarding the dichotomy between rural and urban, the article seeks to show the need for an articulated set of measures and interinstitutional action strategies by coordination and federative cooperation and civil society's participation that might strengthen, based on agroecology, the planning and territorial policies.

**Keywords:** Regional Planning, Metropolitan Administration, Food and Nutritional Security, Agroecology

---

Submetido em: 31.07.2020; aprovado em: 06.11.2020

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista do CNPq - Brasil), e-mail: victoralencar.aue@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Bolsista CAPES Proex), e-mail: gabriellornelas@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora Titular do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, e-mail: hsmcosta@ufmg.br

## 1. Introdução

O que o planejamento urbano tem a ver com a agricultura? Será possível pensar e planejar as cidades e as metrópoles a partir desta temática? Este tema é muito trabalhado nas políticas e propostas de desenvolvimento rural, mas é possível superar a ideia de incompatibilidade, inviabilidade e irrelevância da agricultura no urbano? A falta de proposições de políticas públicas e de planejamento e gestão das áreas rurais e da agricultura reflete a pouca importância dessa temática na agenda dos governos. No meio urbano, lacunas também estão presentes, em especial no que se refere às ruralidades e práticas baseadas na cooperação e solidariedade, às periferias, aos impactos ambientais, dentre outras questões, que dificultam as possíveis articulações entre rural e urbano.

O alinhamento entre a produção e acesso aos alimentos e a questão socioambiental também se configura como um dos principais desafios contemporâneos nas metrópoles. Esse debate tem como cenário as diversas desigualdades sócio-espaciais e ambientais nas regiões metropolitanas. Diante disso, a gestão e o planejamento metropolitano deparam-se com a necessidade de fortalecer a agricultura familiar e urbana na perspectiva da agroecologia - uma alternativa para tratar conjuntamente as dimensões ambiental, econômica e social nos territórios.

Este artigo investiga como a incorporação da temática da agricultura no âmbito do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) contribui para fortalecer e promover a produção agrícola, tendo como premissa a agroecologia. Assim, o objetivo é analisar a inovação relacionada à incorporação dessas temáticas no planejamento, as propostas elaboradas e as conexões construídas entre as questões ambiental, urbana e a segurança alimentar e nutricional.

A metodologia qualitativa que estrutura este trabalho inicia-se pela discussão das dinâmicas territoriais e sócio-espaciais das regiões metropolitanas e o método utilizado é a análise de conteúdo dos produtos do planejamento da RMBH. Além disso, a participação das/os autores no processo de planejamento permitiu uma observação participante que ampliou as análises.

Na primeira seção serão apresentados os desafios da gestão metropolitana, as dinâmicas e especificidades dos conflitos socioambientais e os impactos do federalismo na organização política-administrativa das regiões metropolitanas. Em seguida, serão discutidas algumas complementaridades e conflitos a respeito da dicotomia entre rural e urbano, dentre elas a tradicional setorialização dos estudos sobre o rural e o urbano, com foco na questão agrícola, na agroecologia e na segurança alimentar e nutricional. A última seção analisará os processos de planejamento da RMBH e as políticas setoriais que incorporaram a agricultura

de forma a indicar caminhos importantes para se fortalecer a gestão metropolitana e a produção de alimentos de maneira sustentável e com justiça socioambiental.

## **2. Os desafios da gestão metropolitana**

As regiões metropolitanas brasileiras vivenciam processos de aprofundamento de uma série de dinâmicas econômicas, políticas e socioambientais, em decorrência da intensa urbanização e industrialização ocorrida na segunda parte do século XX, atingindo níveis mais complexos e trazendo novos elementos para a compreensão de questões estruturantes na sociedade brasileira. As reivindicações direcionadas ao Estado em atendimento às demandas da produção industrial e da reprodução social e da força de trabalho abrangem o conjunto dos espaços urbanizados que se estendem sobre as periferias (MONTE-MÓR, 2006), o que coloca em questão a antiga estrutura baseada na distinção entre campo e cidade. A concentração de atividades, com altos níveis de capital, de tecnologia, de organização e de trabalho nos espaços metropolitanos, tem resultado no surgimento de atividades e espaços exclusivos, em que o planejamento urbano tem sido utilizado para atender às necessidades de incorporar novas condições de produção e de circulação das mercadorias (SANTOS, 1994).

Nesse sentido, as metrópoles configuram espaços de poder (reúnem as estruturas de organização da sociedade) e de disputa entre as diversas atividades produtivas, sem, contudo, incluir todo o corpo social nas decisões, na distribuição de recursos e dos usos do território (como acesso à moradia, à terra, à cultura, à educação, à saúde, dentre outros). Pode-se identificar nesses espaços condicionantes que determinam a localização das classes sociais, em que há centralidade da propriedade da terra, vista principalmente a partir da lógica imobiliária privada, e configuram novas e mais complexas periferias que acirram as desigualdades sociais (UFMG, 2014). De acordo com Costa e Mendonça:

as manifestações das desigualdades socioespaciais – periferias, favelas, etc - deixaram de ser vistas como “um corpo doente”, [...] um “crescimento desordenado das cidades”, para serem compreendidas como partes integrantes da lógica socioespacial do capitalismo periférico, que tem nas metrópoles cada vez mais estendidas, sua mais contundente expressão espacial (2012, p. 3).

Esse debate traz novos olhares sobre as formas de interação e exploração da natureza - pauta importante dos movimentos por justiça ambiental, questionamentos sobre o processo de industrialização, assim como outras concepções sobre o meio ambiente que não o considera como mera fonte de recursos para a produção capitalista (ACSELRAD, 2004). Tem-se assim um conhecido e complexo campo de conflitos e problemas socioambientais interdependentes, como: a degradação e a redução de áreas verdes, a dificuldade na gestão

Planejar para alimentar as metrópoles:

a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte dos resíduos sólidos, a contaminação e degradação dos recursos hídricos, o agravamento dos efeitos da poluição do ar na saúde, entre outros (JACOBI, 2010).

Embora muitos desses problemas ambientais atinjam todos os segmentos da população, são aqueles em situação de vulnerabilidade social que mais sofrem com as injustiças ambientais nas metrópoles (SILVA; TRAVASSOS, 2009). Nesse contexto, conforme Jacobi (2006), políticas socioambientais metropolitanas devem se pautar por uma gestão compartilhada, como a constituição de consórcios intermunicipais e com ênfase na corresponsabilização para mitigar e reduzir os riscos ambientais e a pressão sobre os recursos e bens naturais. É fundamental também a intersetorialidade das ações desenvolvidas, o aumento de informações e de canais abertos de participação para a construção de metrópoles sustentáveis e com justiça ambiental.

Assim, uma gestão metropolitana desconcentrada, cooperativa e interinstitucional requer a compreensão dos efeitos do federalismo na gestão local e regional e nas políticas públicas, já que a autonomia conferida aos municípios se deparou por um lado com empoderamento das forças locais e, por outro, com alguns problemas como a dificuldade de executar uma política urbana (FERNANDES, 2012). É necessário instituir mecanismos constitucionais que induzam a cooperação e estimulem a coordenação em um cenário de desigualdades econômicas, técnicas e de gestão entre os entes federados no Brasil (ABRUCIO, 2006).

A Constituição Federal de 1988 definiu que as regiões metropolitanas são legisladas pelos estados, porém são necessários institutos e normas que regulem a atuação e a competência dessas instâncias na gestão pública, de forma não centralizada e integrada com municípios e sociedade civil. Alguns instrumentos podem auxiliar a organização de processos cooperativos como o convênio e o consórcio, mas para efetivação deles é necessário vontade política municipal e estadual. Assim, a gestão metropolitana deve ser orientada para o interesse público, “aplicado de acordo com a realidade de cada município e visando o benefício de toda a comunidade envolvida” (GONÇALVES; MARRA, 2012, p. 171).

Para efetivar a gestão cooperativa das regiões metropolitanas é necessário a ajuda dos estados com recursos ou fundos específicos. Fernandes (2012) aponta cinco elementos fundamentais: Conselho Metropolitano, Agência Metropolitana, Fundo metropolitano, Legislativo Metropolitano e Consórcio Metropolitano. É importante ressaltar que o marco legal do Estatuto da Metrópole permitiu avançar nas diretrizes gerais para organização metropolitana, na governança interfederativa, no planejamento e na execução das funções públicas de interesse comum, principalmente por meio do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (BRASIL, 2015). Contudo, o problema da competição entre as unidades federativas permanece como dificuldade para o planejamento, gestão e execução. Outro desafio permanente é a consolidação do direito à cidade (aqui entendida como a metrópole) para

afirmação da diversidade frente à homogeneidade do modo de produção capitalista, o que possibilita a apropriação e uso do espaço pelas cidadãs e cidadãos e a restauração da cidade como obra coletiva (LEFEBVRE, 2011).

### **3. Agricultura na metrópole e dinâmicas de definições de zonas rural e urbana**

A urbanização e a industrialização alcançaram áreas para além do tecido urbano. Entretanto, é possível identificar dinâmicas vinculadas ao rural em diversos contextos sócio-espaciais. O rural se urbanizou com a chegada da indústria e outras formas de extensão das condições gerais de produção, incluindo hábitos de consumo de produtos industriais. Também se reorienta e se transforma – deixa de ser somente marcado pelo não-moderno, pelo território do isolamento – conformando espaços conectados e politizados na atualidade. Contudo, tomado no seu sentido cultural, continua existindo: “é o sentido do que chamamos de roça, a simplicidade da autonomia em oposição à sofisticação da vida cidadina; a ruralidade em posição à urbanidade” (MONTE-MÓR, 2006, p.17).

A agricultura, associada ao meio rural, também passa a se relacionar com as dinâmicas de industrialização e urbanização. Historicamente a produção agropecuária é um campo em disputa relacionado à valorização e aos investimentos, a conflitos sociais, a impactos socioambientais, dentre outros. Isso se complexifica com os modelos de produção industrial atuais, com forte presença de tecnologias e insumos químicos e tóxicos, inseridos em mercados globais com sistemas complexos de financeirização - o agronegócio, agricultura moderna, sistemas agroindustriais, dentre outras nomenclaturas.

Por outro lado, agricultoras/es e povos e comunidades tradicionais ainda praticam uma agricultura alinhada aos ciclos naturais, à biodiversidade, à sociodiversidade e conectada a seus territórios, trazendo para o debate a diversidade de práticas e espaços. Os “modos de fazer” desses atores e comunidades, em geral, relacionam-se com os princípios da agroecologia, um movimento-ciência-prática que articula saberes para promoção de sistemas alimentares sustentáveis e comprometido com a justiça socioambiental (NORDER et al, 2016).

Dados os extremos, agronegócio e as práticas agroecológicas, existe um conjunto diverso de *agriculturas* mais ou menos inseridas em cada uma dessas orientações e modelos de produção agropecuária. A análise dessas agriculturas passa pela incorporação de hábitos, valores e técnicas diversas, na interação e grau de dependência aos mercados (para acesso de insumos e comercialização), assim como pela inserção e interação com o capital industrial e financeiro (PLOEG, 2009).

Nos contextos metropolitanos as diferentes formas de agricultura se associam principalmente à Agricultura Familiar e Agricultura Urbana, coexistindo e apontando caminhos

interessantes para a análise das relações rural-urbano. A consolidação da Agricultura Familiar no Brasil ocorreu através de diversas mobilizações sociais em torno da construção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento dessa produção e do desenvolvimento agrário. Na atualidade, sua definição - com base nas políticas públicas, refere-se a uma heterogeneidade de formas de produção, apropriação dos recursos e distribuição da produção. De forma geral, define-se a partir do tamanho da propriedade, do tipo de organização do trabalho pelo núcleo familiar e da renda vinculada à atividade agropecuária. A multifuncionalidade desta prática evidencia contribuições em termos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)<sup>4</sup>; manutenção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade dos territórios; geração de empregos e renda; e manutenção dos vínculos sociais e culturais (PETERSEN, 2009). O campo agroecológico busca a manutenção e a transformação desta agricultura familiar, ao reconhecer sua inserção em alguma medida nos sistemas agroindustriais e as diversas situações de vulnerabilidade que vem enfrentando. Esta conexão com a agroecologia ressalta os sentidos de emancipação e autonomia social, cooperação, solidariedade e interações mais harmônicas com os territórios.

Já a construção da Agricultura Urbana no Brasil mobiliza o interesse pela relação com as cidades, a partir dos debates em torno do desenvolvimento sustentável e da gestão ambiental do espaço, mas também como alternativa para apoiar a erradicação da pobreza, da fome e da redução da mortalidade infantil, dentre outros (ALMEIDA, 2016). Há diferentes formas de produção e de inserção em sistemas industriais, que é provada pelos diversos entendimentos do que seja a Agricultura Urbana no mundo, assim como diferentes enfoques. A construção no Brasil pelos movimentos e mobilizações sociais, apontam para a valorização e respeito aos saberes locais, promoção da equidade de gênero, processos participativos, melhoria da qualidade de vida da população urbana e sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007). Segundo Mougeot (2005), a valorização da Agricultura Urbana passa por compreender suas múltiplas funções, sejam relacionadas à segurança alimentar, nutrição e saúde da população; criação de trabalho e geração de renda; desenvolvimento comunitário; reciclagem de resíduos urbanos; manutenção de espaços verdes e qualidade ambiental da cidade, dentre outros.

Em termos geográficos na metrópole brasileira, a agricultura familiar e a urbana ocorrem em áreas centrais ou periféricas, sempre associadas aos processos de urbanização. Assim, as formulações baseadas na dicotomia rural-urbano ou campo-cidade, no que diz respeito à divisão territorial do trabalho, às formas e funções sociais e políticas, à geração de

---

<sup>4</sup> Se orienta a partir do direito igualitário ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e o meio ambiente (BRASIL, 2006).

riquezas, dentre outros elementos, necessitam aprimorar para outras abordagens de organização que lidem com a integração dos territórios e seus sujeitos.

Parte dos desafios atuais de lidar com a integração entre rural e urbano se dá pela fragmentação política-institucional do federalismo brasileiro que atribui à diferentes instâncias de governo (municipal, estadual e federal) as competências de gerir, tributar e planejar cada um dos territórios. Por exemplo, a nível municipal, as áreas consideradas rurais seguem majoritariamente as diretrizes, critérios e atribuições do nível federal, através principalmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Para as áreas de interesse ambiental, é possível encontrar nos municípios diferentes níveis de regulamentação - municipal, estadual e federal. Portanto, as questões rural, urbana, agrícola e ambiental são tratadas em instâncias diferentes e com pouco diálogo do ponto de vista institucional. Essa lógica acaba também influenciando as articulações sociais, em que prevalecem pautas distintas (ou desarticuladas) dos movimentos rurais e urbanos. Por outro lado, é possível identificar conexões com pautas dos movimentos ambientais, principalmente aqueles associados à justiça ambiental.

Do ponto de vista do planejamento territorial, os planos diretores da maioria dos municípios não estabelecem proposições específicas para a agricultura e para o rural, nem os articulam ao urbano e ao ambiental, ainda que o Estatuto da Cidade proponha o planejamento da totalidade do território municipal. Este, por sua vez, geralmente é considerado apenas na demarcação das zonas urbana e rural através do perímetro urbano, tratando-as de forma homogênea e antagônica (as zonas rurais são delimitadas a partir da exclusão do que não é urbano e poucas experiências de planejamento aprofundam o zoneamento rural).

A definição de perímetro também constitui um desafio para a intersetorialidade das ações governamentais. Sendo uma legislação municipal, definem os territórios compreendidos como zona urbana e rural, base para incidência de diretrizes, programas, projetos, tributações, políticas e ações públicas e pesquisas. Muitas definições de perímetro não seguem critérios bem definidos e as alterações de zoneamentos e ampliação de perímetros comumente são associadas à valorização imobiliária, que revelam por vezes a atuação conjunta de administrações e câmaras municipais com a iniciativa privada (TOMANIK, 2017).

No que toca às dinâmicas territoriais das zonas rurais, ainda é um desafio uma leitura que consiga abarcar sua heterogeneidade. A falta de informações relacionados ao rural no Brasil contribui para invisibilizar os conflitos enfrentados e as potencialidades das práticas existentes de transformação das realidades locais. A falta de proposições de políticas e de planejamento e gestão dessas áreas reflete a pouca importância dessa temática na agenda dos governos locais. No que toca o meio urbano, lacunas também estão presentes,

Planejar para alimentar as metrópoles:

a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte especialmente no que se refere às ruralidades e práticas baseadas na cooperação e solidariedade, às periferias, aos impactos ambientais, à invisibilidade da agricultura no urbano, os quais dificultam as possíveis articulações entre rural e urbano.

Nesse contexto, a distinção entre urbano e rural se apresenta bastante difusa nas regiões metropolitanas devido à expansão urbana industrial e à dinâmica do capital imobiliário. O processo de extensão do tecido urbano sobre espaços rurais pressiona e transforma áreas agrícolas, áreas de preservação permanente ou próximas a cursos d'água. A mudança no uso do solo a partir do zoneamento ou ampliação do perímetro urbano, sem levar em consideração as características e as fragilidades locais, podem provocar, além das desigualdades socioespaciais, problemas ambientais e conflitos socioeconômicos.

#### **4. A Agricultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Como mostra a Figura 1 adiante, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é composta por 34 municípios e uma população de cerca de 4.882.997 habitantes (Censo Demográfico do IBGE de 2010), sendo 96.402 considerados como população rural (1,97% da população total). Notoriamente a maioria da população vive em áreas consideradas urbanas, fazendo com que a RMBH seja a terceira maior aglomeração urbana do país, além de representar o centro político, econômico, cultural e demográfico do estado de Minas Gerais (TONUCCI FILHO, 2012). Outros 16 municípios constituem o denominado Colar Metropolitano, mais ou menos inseridos nas lógicas metropolitanas e alguns até mesmo com papel regional importante.

Os desafios do planejamento e da gestão metropolitana na RMBH são bastante complexificados devido às desigualdades socioespaciais, aos conflitos ambientais e às disputas entre os diversos usos do solo neste território, como: dinâmicas extensivas de parcelamento do solo, acessos desiguais à habitação, usos agrícolas em contextos rural e urbano, exploração da atividade minerária em boa parte das serras, complexos industriais em diversos contextos espaciais, áreas de interesse ambiental em meio ao ambiente construído, dentre outros. Todo esse cenário da produção do espaço na RMBH configura diversos problemas para as condições de mobilidade urbana, a concentração da oferta de serviços e de empregos em poucas centralidades, a grande vacância domiciliar e fundiária e a deterioração dos recursos e bens ambientais, principalmente a intensa degradação da qualidade das águas (UFMG, 2014).

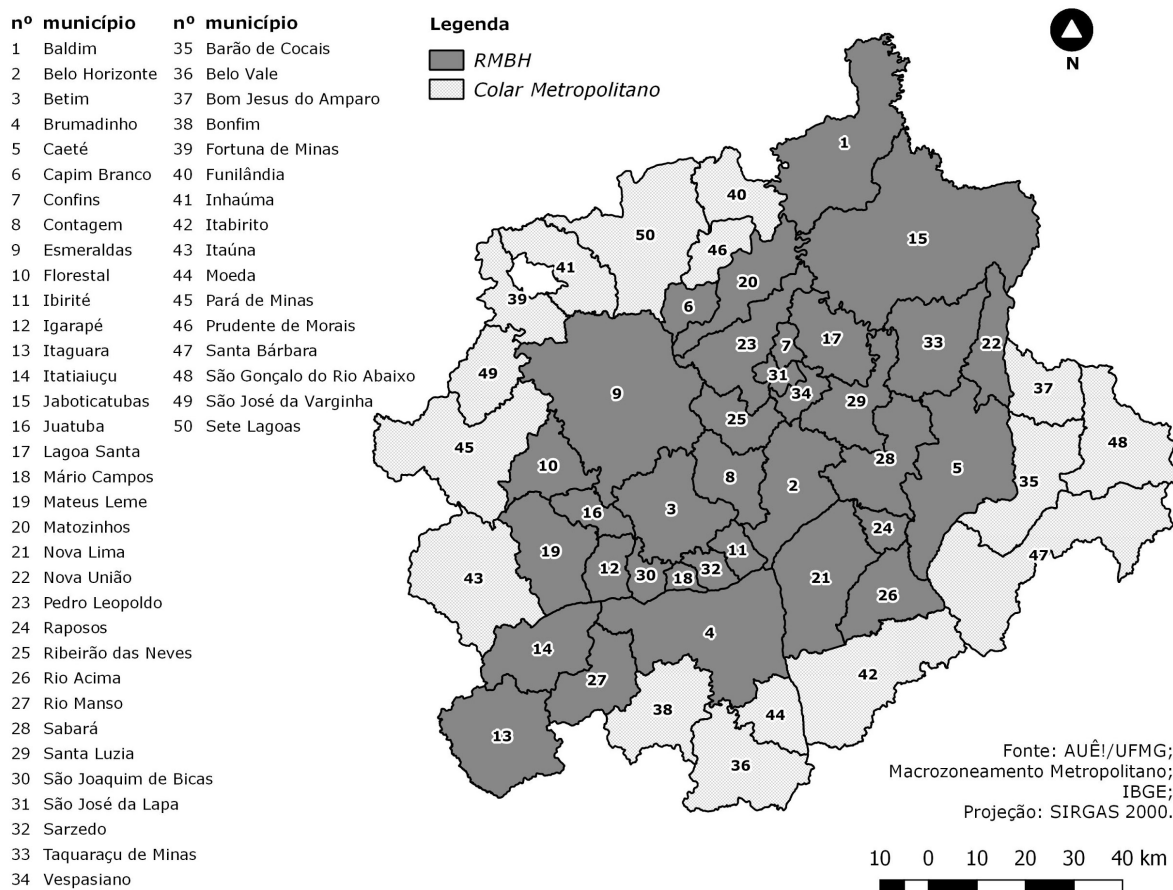
No que se refere aos contextos espaciais da agricultura, é possível encontrar na RMBH diversas apropriações do espaço urbano que remetem a esse uso, seja nas periferias e nos bairros tradicionais da capital ou nos núcleos urbanos dos outros municípios metropolitanos. Essas práticas associadas às ruralidades podem ser vistas no cotidiano dos quintais



produtivos e no plantio em pequenos espaços (como em vasos, pneus, etc), onde é encontrada uma diversidade de verduras, frutas, legumes, plantas medicinais e ornamentais e até mesmo criação animal.

**Figura 1 - Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano**

**RMBH e Colar Metropolitano**



Fonte: elaboração própria, 2020.

Vale ressaltar que a agricultura não se articula apenas com os modos de vida do rural, ou seja, não se limita à presença de ruralidades no meio urbano da RMBH. Podemos perceber nas hortas comunitárias, em instituições (como escolas, centros de saúde, presídios, em espaços de ONGs, dentre outros), nos parques, nas praças, nos canteiros centrais das avenidas, nas ocupações urbanas, dentre outros espaços, que a prática agrícola não configura apenas um resquício do rural no urbano. Além disso, essas práticas também estão carregadas dos modos de vida urbano, pois muitas tem como pauta a apropriação da cidade para além de iniciativas privadas, outras formas baseadas no trabalho comunitário e solidários, que aproximam as noções de urbanidade e de ruralidade.

Planejar para alimentar as metrópoles:  
a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

A urbanização também não excluiu a permanência da natureza no meio urbano da RMBH. Mesmo que em constante ameaça, em muitas ruas da capital e dos municípios metropolitanos ainda é possível encontrar rios, riachos e nascentes, assim como uma biodiversidade de plantas, árvores (frutíferas ou não) e outros animais que compõem a biodiversidade da metrópole. Além disso, parques, praças e reservas ambientais contribuem para a permanência e conservação dessa natureza, mesmo sob forte pressão do capital imobiliário e com a limitação de ações públicas para a manutenção e conservação das áreas verdes da cidade.

A produção agropecuária ocupa boa parte das áreas consideradas rurais da RMBH, já que o meio rural continua existindo com a presença de pequenas propriedades de agricultores/as. Além disso, nessas áreas encontra-se boa parte da biodiversidade, das áreas relevantes para a recarga hídrica, dos reservatórios para abastecimento de água dos municípios, dentre outros bens naturais. Por outro lado, existem diversos conflitos relacionados à apropriação dos espaços rurais por parte das indústrias, das atividades mineradoras e até mesmo da agricultura industrial, que promovem diversos impactos socioambientais.

A lógica urbano-industrial do processo de expansão da RMBH, configurou uma estrutura econômica fundamentada em investimentos públicos e privados nas atividades industriais - extrativa mineral, transformação, construção civil e eletroeletrônica - imobiliárias e de serviços (UFMG, 2014). Nesse sentido, como apontam Tupy et al. (2015), a atividade agropecuária na RMBH tem sido considerada uma atividade residual e um setor irrelevante do ponto de vista econômico, devido à inviabilidade causada pelo alto custo da terra e pela competição com atividades mais lucrativas e eficientes. Além disso, o uso agrícola do solo é associado aos impactos ambientais e à incompatibilidade com a preservação ambiental. Essas compreensões tendem a generalizar e simplificar a agricultura, não considerando as especificidades dos municípios da RMBH, a diversidade de experiências e práticas agrícolas, o papel da produção local para o abastecimento regional e invisibilizam outras formas de produção mais sustentáveis (TUPY et al., 2015). Arelada a essas concepções reducionistas e restritas em relação à realidade da produção nos espaços agrícolas da RMBH, existe uma lacuna de dados e estudos que contribuem para que parte da população e dos órgãos públicos desconheça as características e existência da produção agrícola em alguns municípios.

A permanência da agricultura na RMBH aponta uma pauta pouco explorada pelos governos locais, que desconsideram a demanda elevada por consumo de alimentos – dadas as dimensões da população residente – em especial produtos agroecológicos. O reposicionamento da concepção de desenvolvimento municipal apoiado em determinados setores, em especial a indústria e a mineração, pode contribuir para uma maior autonomia das economias locais e regionais. Para tanto, além dos fatores econômicos é necessário

compreender as características da agricultura em contextos metropolitanos, já que ocorrem de maneiras distintas nas suas dimensões técnicas, sociais, ambientais ou territoriais, abordando as múltiplas funções da agricultura familiar e da agricultura urbana na RMBH e suas conexões com a abordagem agroecológica.

Estes dois campos, o da Agricultura Familiar e da Agricultura Urbana, tiveram trajetórias distintas em termos de construção social e de políticas públicas no Brasil, mas existem diversas conexões na RMBH, a partir das redes e mobilizações em torno da pauta agroecológica. Essas redes têm participação ativa na incorporação da questão agrícola em projetos, pesquisas e instituições governamentais que proporcionam visibilidade e ampliação dessas práticas e saberes na metrópole. Com um percurso de mais de 15 anos, grupos e organizações se articulam em encontros para troca de saberes e intercâmbio de experiências, além de discutirem propostas de incorporação da produção de alimentos no planejamento urbano e nas políticas públicas. Destaca-se a atuação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), da Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana) e da Associação Horizontes Agroecológicos. Esta última, criada em 2019, atua na construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) como mecanismo legal de garantia de qualidade da produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, constituída por agricultoras/es familiares e urbanos, quitandeiras, cozinheiras, grupos e coletivos, dentre outras/os produtoras/es e colaboradoras/es. Outra cooperação relevante nesse processo de mobilização é a de grupos de pesquisa, ensino e extensão de universidades como o grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana. Articulando as dimensões sociais, ambientais e econômicas com as práticas agroecológicas, tais redes e organizações defendem a ampliação do consumo de alimentos saudáveis pela população metropolitana e buscam consolidar uma alternativa de atividade econômica mais sustentável para os municípios da RMBH (ORNELAS, 2017).

## **5. Processo de planejamento da RMBH e a incorporação das agriculturas**

Na última década a retomada do planejamento da RMBH vem sendo marcada por forte interação entre universidade, setor público e sociedade civil em um processo constituído por três fases<sup>5</sup>: a construção de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI/RMBH (entre 2009 e 2011); o desenvolvimento de um Macrozoneamento Metropolitano - programa integrante da Política Metropolitana Integrada de Uso e Ocupação do Solo do PDDI (entre

---

<sup>5</sup> Nas três fases, a coordenação foi de responsabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais, a qual buscou integrar a participação de outras instituições de ensino e pesquisa. A equipe foi formada por professoras/es, alunos de pós-graduação e graduação, pesquisadoras/es e consultoras/es de diferentes formações. A organização interna reflete as abordagens transdisciplinares, que assumiram especificidades em cada uma das fases (UFMG; PUCMINAS; UEMG, 2011).

a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2013 e 2015); e o processo de revisão de Planos Diretores de 11 municípios da RMBH (entre 2017 e 2019). Antes dessas fases, houve uma experiência de planejamento em nível metropolitano, baseado em dinâmicas e abordagens relacionadas ao seu tempo - o Plambel, instância técnica de planejamento do governo do estado, que realizou diferentes estudos nas décadas de 1970 e 80. Essa experiência não será aprofundada neste trabalho, mas seus estudos hoje representam importantes registros das dinâmicas vivenciadas naquele período, de grande valor para se analisar a configuração sócio-espacial e econômica da RMBH (TONUCCI FILHO, 2012).

O processo de planejamento da RMBH retomado neste século, é permeado por experiências até então inéditas no estado de Minas Gerais e no Brasil, como a criação de um arranjo institucional de gestão metropolitana; a condução realizada por instituições de ensino, pesquisa e extensão; o caráter transdisciplinar e crítico da abordagem teórico-metodológica; e as formas de conduzir construídas a partir da valorização da mobilização social e aprendizado social.

### ***5.1 Agricultura no planejamento em escala metropolitana<sup>6</sup>***

Em escala metropolitana o planejamento se inicia a partir da estruturação de um arranjo institucional de gestão, com a consolidação da Assembleia Metropolitana (instância política formal de aprovação de resoluções, formada por representantes do estado e pelos prefeitos e presidentes dos legislativos dos municípios); Conselho Deliberativo (composto por representantes do poder público - estadual e municipal, e da sociedade civil); Agência de Desenvolvimento (instituição responsável pelo planejamento, regulação e implementação de políticas e ações metropolitanas); e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (formado pela contribuição voluntária dos municípios e do estado). O PDDI se insere nesse arranjo como marco regulador e propositivo de políticas, programas e projetos, dentre outras ações de referência para a RMBH (COSTA et al., 2018).

O PDDI-RMBH, a partir do seu enfoque participativo e transdisciplinar, adota uma abordagem crítica, superando o sentido analítico e funcional das experiências históricas de planejamento, com o objetivo de pensar a totalidade e construir processos para a transformação social, econômica e ambiental. Com isso, o PDDI se compromete com um processo de planejamento metropolitano construído a partir da discussão, colaboração e integração de conhecimentos, que permitam a análise, crítica e monitoramento dos diferentes agentes que atuam no espaço metropolitano. São elementos importantes “a construção de um sentido de solidariedade e identidade metropolitana” e o “(re)envolvimento das populações

---

<sup>6</sup> A análise da incorporação da agricultura no planejamento metropolitano encontra-se mais aprofundada em Almeida (2016).

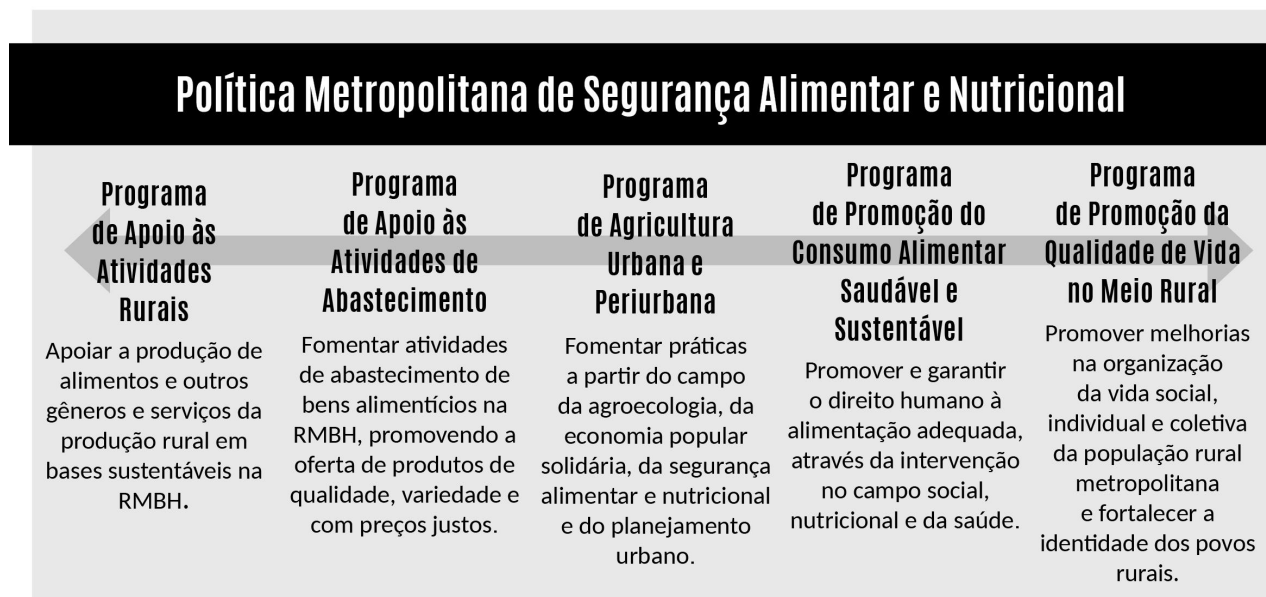
com seus territórios, suas comunidades, suas crenças, práticas e valores, tendo o respeito ao espaço da vida coletiva” (ibidem).

A partir dessas referências, foram produzidas leituras técnicas e comunitárias e estudos setoriais integrados, que embasaram uma proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana, uma Proposta Institucional e um conjunto de cerca de 30 políticas metropolitanas, organizadas nos Eixos Temáticos Integradores: Acessibilidade, Segurança, Urbanidade e Sustentabilidade. As propostas têm como objetivo a integração sócio-espacial entre os 34 municípios, bem como “a construção de uma cidadania metropolitana” e “pertencimento a um território comum” (ibidem).

No que se refere à agricultura há propostas em diversas áreas, em especial no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que apontam uma abordagem transversal no plano metropolitano em análises sócio-espaciais, como o enfrentamento das injustiças sociais, os impactos ambientais, a valorização da produção local de pequena escala, a contenção da expansão urbana, o incentivo à manutenção da ruralidade, dentre outras. A partir da SAN, abrange: acesso aos alimentos, produção agroalimentar, abastecimento alimentar, consumo alimentar e o quadro institucional. Os objetivos gerais são a promoção do acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis socioambientalmente e economicamente (UFMG; PUCMINAS; UEMG, 2011).

A Figura 2 a seguir mostra uma representação sintética da Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN) que tem como objetivos a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a erradicação da desnutrição e a articulação entre rural e urbano na RMBH (UFMG; PUCMINAS; UEMG, 2011). Como diretrizes se apresentam a intersectorialidade (capacidade dos vários setores do governo e da sociedade dialogarem entre si); a equidade (acesso às políticas públicas, em especial a população e grupos sociais de baixa renda e historicamente discriminados); participação social (na formulação, implementação e controle das ações); e descentralização (combinação entre centralização e descentralização nos processos de implementação e de poder decisório). A estrutura da política através de seus programas pode ser vista na figura a seguir. Vale mencionar que a agricultura (urbana, familiar e de pequena escala) também foi citada em propostas que a vinculam aos usos de interesse social importantes para a promoção e manutenção da qualidade da vida urbana, principalmente em sua dimensão cotidiana; e também a usos sustentáveis do território. Além disso, o rural esteve presente de forma transversal em muitas políticas, programas e projetos, com a perspectiva de equalizar as relações rurais e urbanas, principalmente processos ligados à extensão da urbanização em suas diversas formas – industriais, loteamentos, etc – por meio de proposta de reestruturação territorial metropolitana.

**Figura 2 - Programas e objetivos da PMISAN**



Fonte: elaboração própria a partir do relatório final do PDDI/RMBH (UFMG; PUCMINAS; UEMG, 2011).

Cada programa se desdobra em projetos e ações específicas, assim como articulação e ampliação de programas existentes (tanto em nível estadual quanto municipal). Apontam arranjos e responsabilidades institucionais; possibilidades de fontes de recursos; instrumentos de políticas já existentes; diálogos com instituições de ensino, pesquisa e extensão; temporalidade de execução; medidas de monitoramento; e territorialidade das ações. Ressalta-se o esforço do PDDI em identificar o quadro institucional relacionado à SAN e às demais políticas, bem como as possibilidades de interinstitucionalidade, articulações inter-federativas e com a sociedade civil na perspectiva de uma gestão metropolitana cooperativa. Contudo, é necessário interesse político municipal e estadual para instituir mecanismos constitucionais que induzam a cooperação e estimulem a coordenação, além de utilizar alguns instrumentos como o convênio e o consórcio. Outra questão importante é identificar as instituições que tenham competências para articular essas políticas na RMBH e para coordenação interinstitucional da PMISAN, além de uma estratégia de gestão e organização local através de redes horizontais de atores e agentes políticos, cooperando com diferentes papéis e ferramentas complementares (ORNELAS, 2017). Até o momento, não há uma real apropriação desta política em nível metropolitano, no que se refere à efetivação das ações e destinação de orçamento específico.

Outro ponto importante é a incorporação da agroecologia nesta política. Observam-se os efeitos da aproximação da agricultura urbana com a agroecologia na RMBH, protagonizada

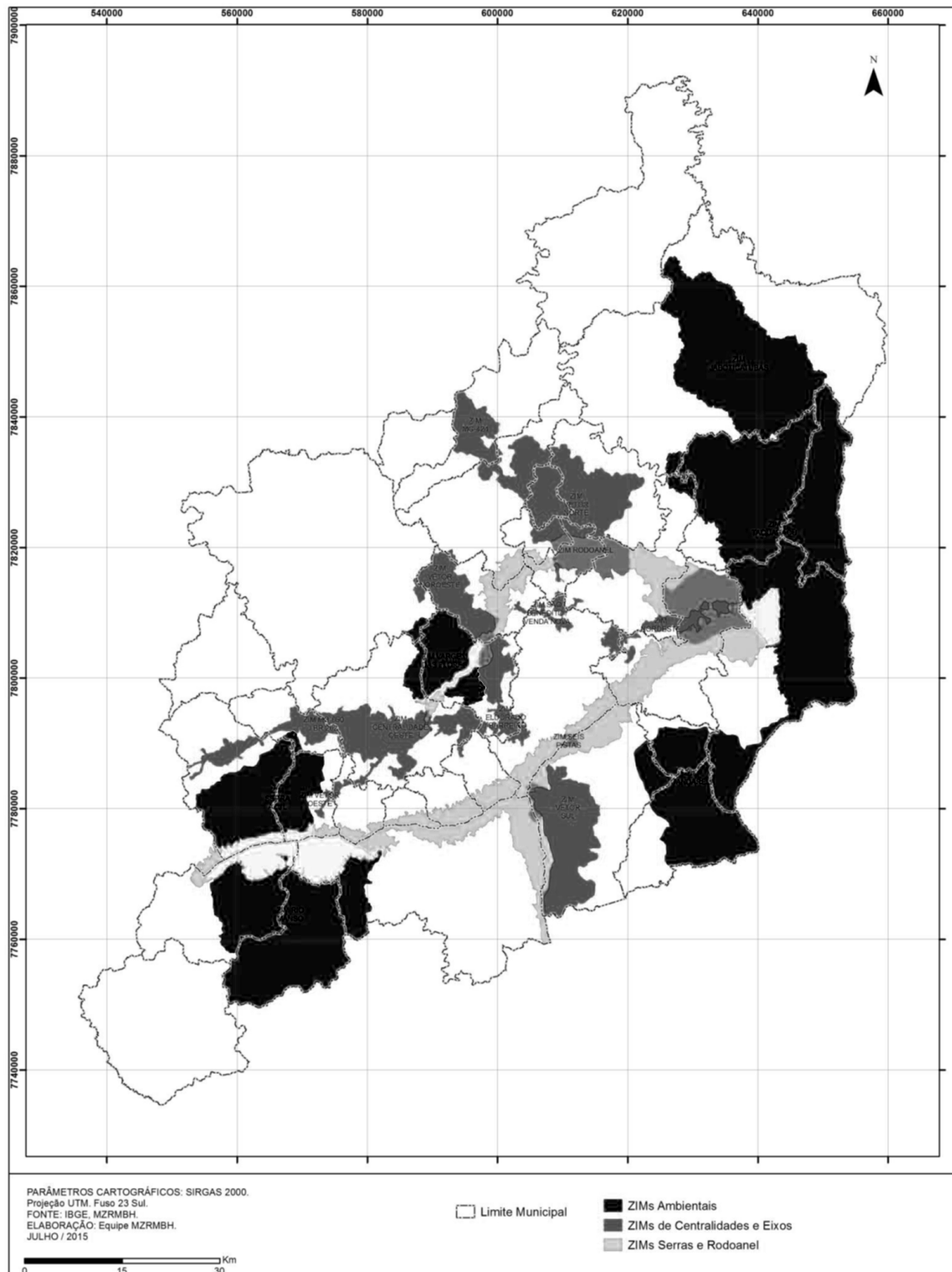
pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), incorporada de forma explícita no Programa Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana. Entretanto, o Programa Metropolitano de Apoio às Atividades Rurais não apresenta nenhuma menção à agroecologia e indica em uma de suas propostas “reforçar as ações já existentes do agronegócio e, sobretudo, da agricultura familiar” (UFMG; PUCMINAS; UEMG, 2011, p. 619). Cabe aprofundar e ampliar o debate sobre a predominância da lógica industrial e mercantil na atividade agropecuária, em especial na agricultura familiar, bem como estabelecer diálogo entre os diversos setores para ampliar o debate sobre a agroecologia e buscar uma unidade entre as propostas. Finalizado e aprovado o PDDI, em 2013 se inicia o Projeto de Macrozoneamento Metropolitano - MZ/RMBH, parte da Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo e integrante da Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana do PDDI.

A partir das diretrizes do PDDI, o MZ identificou no território metropolitano áreas em que o interesse metropolitano se sobrepunha ao interesse local e municipal, a fim de criar critérios e parâmetros para controle do uso e ocupação do solo e priorizar áreas para a implementação das políticas e programas do Plano Metropolitano, como mostrado na Figura 3 a seguir. A delimitação no território foi feita a partir de oficinas públicas nos municípios em diálogo com o conjunto de leituras técnicas sobre a dinâmica metropolitana, e colocada para debate em diversos momentos (audiências, seminários, dentre outros formatos).

Como resultados importantes, tem-se a definição de zonas e áreas de interesse metropolitano e suas respectivas diretrizes e parâmetros, e a construção da Trama Verde e Azul - proposta complementar de reestruturação territorial que será explicitada mais adiante. O interesse metropolitano gerou áreas delimitadas e tratadas como Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs), para as quais houve indicação de parâmetros urbanísticos e diretrizes específicas, por se tratarem de territórios com qualidades potenciais e reais para o conjunto metropolitano; e Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs), não passíveis de zoneamento, mas reconhecidas como áreas prioritárias para implementação de políticas, programas e projetos do PDDI-RMBH.

Planejar para alimentar as metrópoles:  
a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

**Figura 3 - Zonas de Interesse Metropolitano**



Fonte: UFMG (2015).

Os espaços agrícolas de interesse metropolitano, devido ao seu papel de abastecimento de alimentos e de sua dimensão socioambiental, foram incorporados nas diretrizes gerais e específicas das ZIMs com recomendações de uso possível e desejável.



Foram incorporadas também aos zoneamentos internos das ZIMs indicativos de usos agropecuários e rurais alinhados aos interesses de preservação, manutenção e requalificação ambiental, como as Zonas de Proteção 1 e 2 na Figura 4. Além das ZIMs, foram identificadas 6 AIMS de caráter predominantemente rural e com presença significativa da atividade agropecuária.

**Figura 4 - Definição das zonas de proteção e diretrizes específicas**

<b>Zonas de Proteção</b>	
<p><b>ZP1</b> ZONA DE PROTEÇÃO 1</p> <p><b>Áreas de proteção ambiental, cultural e paisagística localizadas em zona urbana e/ou rural</b></p> <p><b>Parâmetros e diretrizes mais restritivas em termos de uso e ocupação do solo</b></p> <p><b>DIRETRIZ</b> Promover a implementação da Trama Verde e Azul através da proteção, recuperação e conexão das áreas classificadas como ZP-1 com as demais áreas de APPs, unidades de conservação e áreas de relevante interesse ambiental indicadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM), contribuindo para a formação de corredores ecológicos e paisagísticos.</p>	<p><b>ZP2</b> ZONA DE PROTEÇÃO 2</p> <p><b>Áreas de proteção ambiental, cultural e paisagística localizadas na zona rural</b></p> <p><b>Parâmetros e diretrizes restritivos em termos de uso e ocupação do solo associados ao urbano (tamanho de lotes, etc).</b></p> <p><b>DIRETRIZES</b> Promover a implementação da Trama Verde e Azul através da manutenção, recuperação e ampliação de unidades de conservação nas áreas indicadas como Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEM), ou em conexão com elas e com outras áreas de relevância ambiental e cursos d'água contribuindo para a formação de corredores ecológicos e paisagísticos. Promover a agricultura agroecológica e o turismo rural e de natureza, como formas de reduzir a poluição difusa de origem agrícola, com forte impacto sobre os cursos d'água, além de alternativas de geração de renda e desenvolvimento econômico para as comunidades locais.</p>

Fonte: elaboração própria a partir do relatório de definições dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas, (UFMG, 2015).

A incorporação da agricultura e da agroecologia de forma explícita nas diretrizes gerais e específicas das ZIMs, assim como nos zoneamentos internos a elas, é fruto de um trabalho de levantamento, sistematização e análise de dados referentes à agricultura, de identificação, caracterização e mapeamento coletivo de um conjunto diverso de práticas e iniciativas de agricultura encontradas no território metropolitano<sup>7</sup>. Este trabalho trouxe ricas informações sobre as dinâmicas, apropriações e tratamentos legais, institucionais e da sociedade sobre o

<sup>7</sup> Realizado pelo grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/MG, a ONG Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas e a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU.

Planejar para alimentar as metrópoles:

a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte meio ambiente na RMBH, estabelecendo conexões entre as questões ambiental, agrícola e urbana. Contribuiu para dar visibilidade à agricultura neste território e amplia a incorporação do uso agrícola no planejamento – a agricultura se articulou com os estudos ambientais; sobre recursos hídricos e saneamento; sobre tratamento de resíduos sólidos; e sobre serviços socioambientais. Articulou-se ainda com os estudos e propostas voltados para a Economia Popular e Solidária e Economia Criativa (ALMEIDA, 2016).

A agricultura integra a proposta da Trama Verde e Azul (TVA), uma proposta inspirada na experiência francesa, que tem como objetivo assegurar a continuidade entre áreas de interesse ecológico, ambiental e paisagístico a partir de elementos morfológicos do território, tais como serras, topos de morro, vales, redes hidrográficas, dentre outros<sup>8</sup>. Na RMBH, foram incorporadas à essa malha de corredores verdes uma diversidade de usos do solo, como as atividades agrícolas, industriais e de ocupação urbana e periurbana, atividades e manifestações culturais, áreas de turismo ecológico, áreas degradadas passíveis de recuperação ambiental, entre outras. A contribuição na geração de renda e na segurança alimentar e nutricional da população metropolitana também foram ressaltadas (UFMG, 2014).

Pode-se compreender a TVA como uma proposta complementar de reestruturação territorial metropolitana centrada na natureza, concebida para a totalidade da RMBH, sendo ao mesmo tempo um instrumento de regulação e ordenamento territorial, de mobilização social e de participação política (UFMG, 2014). Mais do que um desenho territorializado, ela só poderá ser implantada e gerida a partir de um conjunto diverso de atores, em um processo participativo que permita a expressão de interesses locais e regionais (ibidem). Nesse sentido, a agricultura, parte estruturante da TVA, considerada em sua relevância metropolitana e articulada com a dimensão ambiental, com amplo potencial a ser explorado como forma alternativa ao desenvolvimento econômico e territorial.

## ***5.2 Agricultura no planejamento em escala municipal***

Mais recentemente, o Projeto de Revisão dos Planos Diretores de 11 municípios da RMBH<sup>9</sup>, representa o esforço de trazer o debate metropolitano para a escala municipal. Este processo contou novamente com a articulação entre a equipe técnica (UFMG), o estado (através da assessoria da Agência de Desenvolvimento da RMBH) e os municípios, onde foram criados Grupos de Acompanhamento municipal (GAs), compostos por técnicos e representantes do poder público municipal, e representantes da sociedade civil (UFMG, 2016). A Revisão dos Planos Diretores se guiou, pelo Estatuto da Cidade, pelos pressupostos

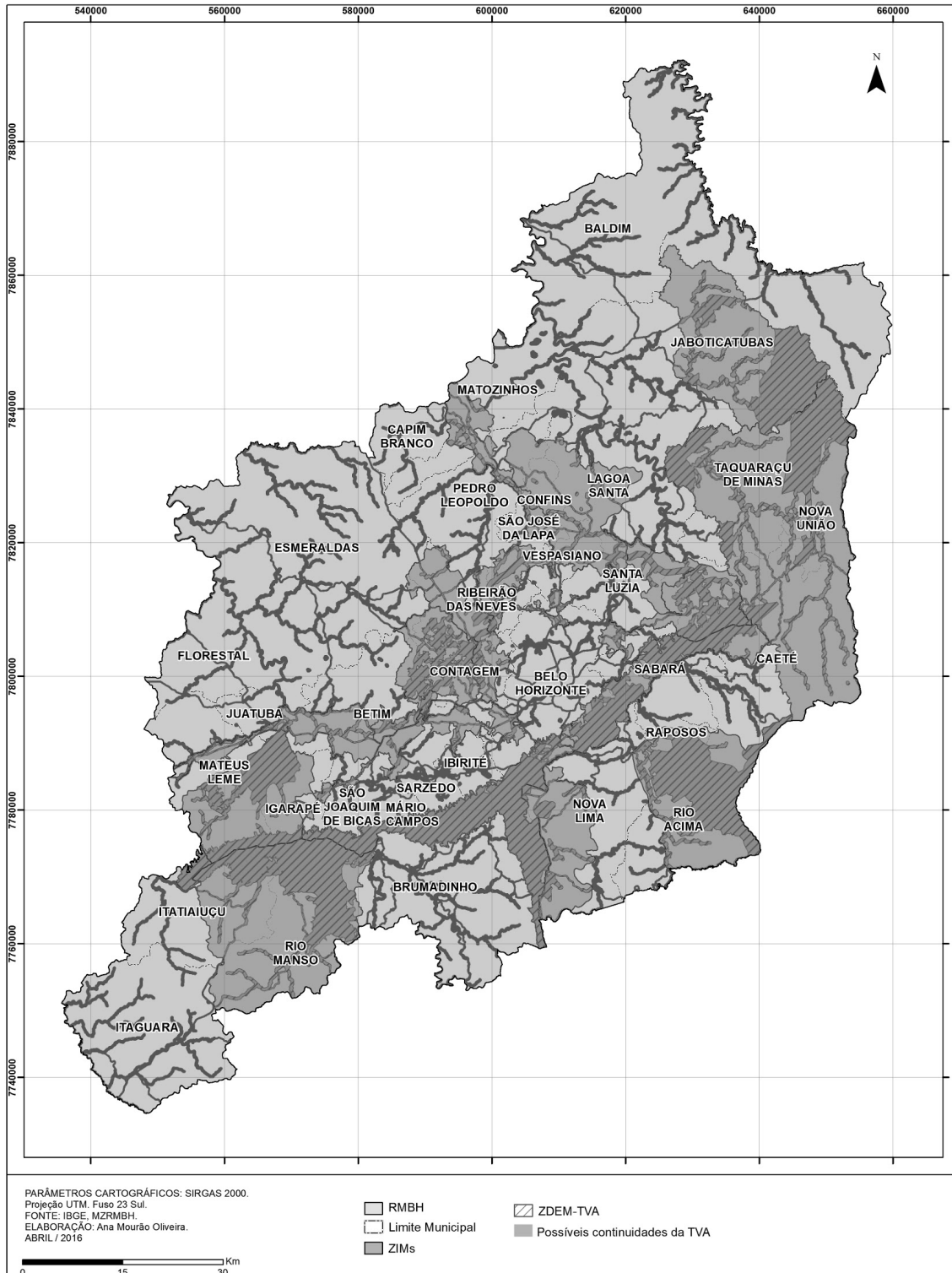
---

<sup>8</sup> Ver Euclides (2016), Oliveira; Costa (2018) e Oliveira (2019).

<sup>9</sup> Os municípios foram Baldim, Caeté, Capim Branco, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Nova União, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo e Vespasiano.

e metodologias do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH, e buscou avançar na proposta de reestruturação territorial metropolitana.

**Figura 5 - Trama Verde e Azul em escala metropolitana**



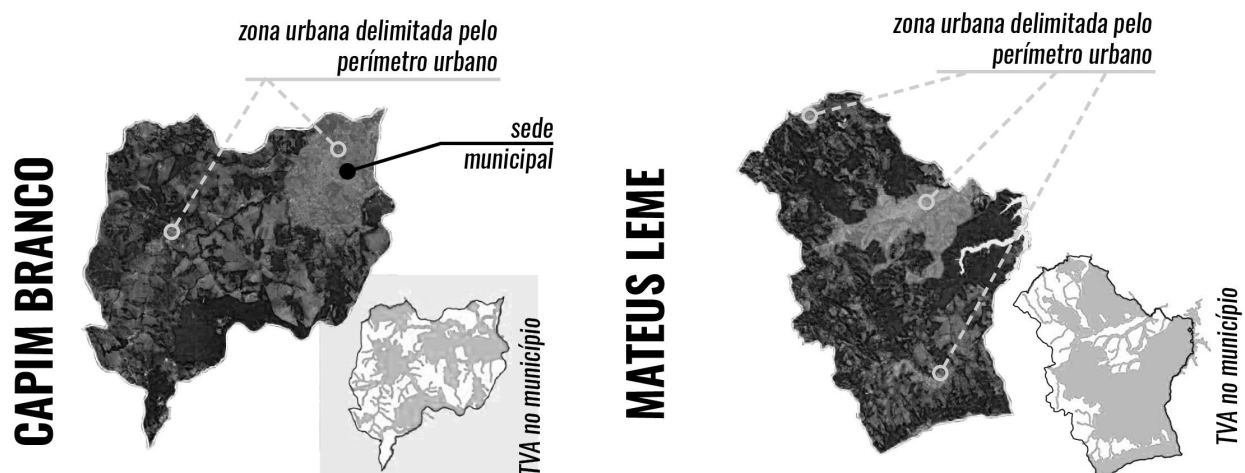
Fonte: Almeida (2016).

Planejar para alimentar as metrópoles:  
a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Como resultados importantes, tem-se uma leitura técnica e comunitária mais atual sobre as dinâmicas territoriais dos municípios, a adequação das propostas do PDDI e do MZ nos municípios, assim como políticas municipais com rebatimento territorial. Dentre essas propostas, vale ressaltar que a construção da TVA em escala municipal dialoga com aquela construída em nível metropolitano (Figura 5), como mostram os dois casos na Figura 6. Ademais, ocorreu um processo de interação com a Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana, o que permitiu um debate entre atores da sociedade civil, da universidade e do poder público para fortalecer as dimensões socioambiental e econômica nos planos diretores.

A agricultura e as zonas rurais ganharam centralidade ao serem incorporadas nas políticas e na construção da TVA nos municípios, ressaltando desafios e potencialidades da agricultura, principalmente no que toca à transição agroecológica e à agroecologia. As propostas para a agricultura se articulam com reduções de perímetro urbano e zoneamentos, materializados na TVA e nas políticas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Considera-se que a proposta representa um avanço na delimitação, em nível municipal, de territórios onde há de forma clara o incentivo às práticas agroecológicas, inovando no tratamento de territórios rurais em planos diretores.

**Figura 6 - Trama Verde e Azul nos municípios de Capim Branco e Mateus Leme**

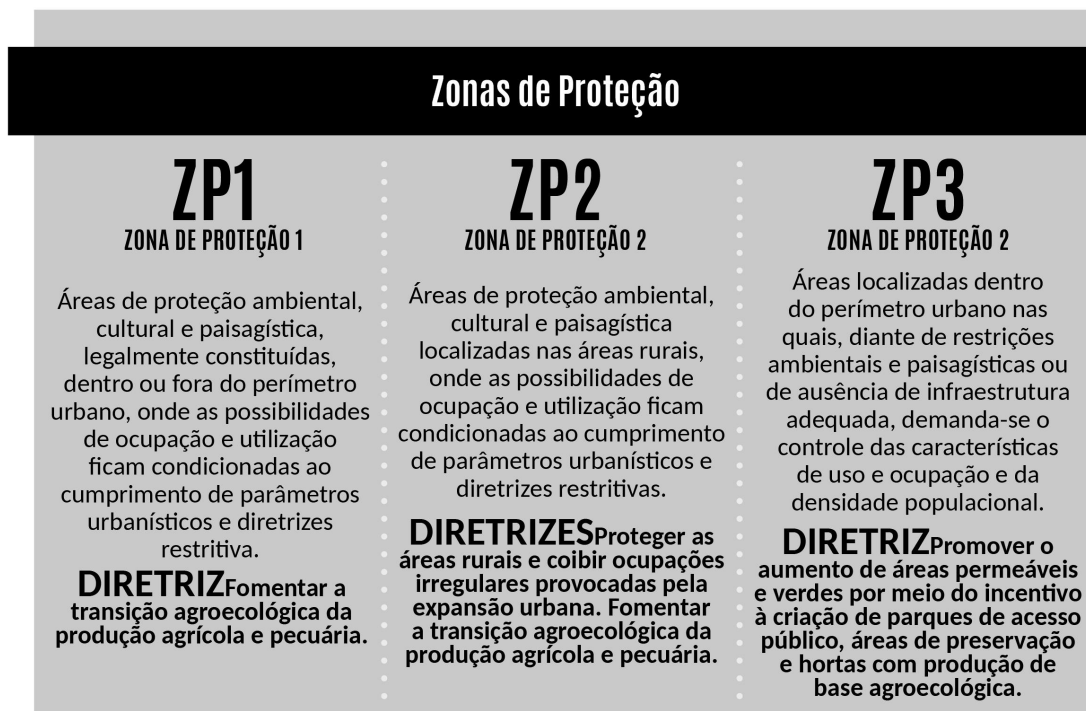


Fonte: elaboração própria a partir da Minuta do Projeto de Lei dos Plano Diretores (UFMG, 2019).

Para tanto, o tradicional instrumento de redefinição de perímetros urbanos foi utilizado como fundamentação para a compactação urbana e maior controle sobre a expansão do tecido urbano, para evitar as discontinuidades e comprometimentos do desenvolvimento rural e da proteção ambiental (UFMG, 2018). Como critérios para a delimitação, as zonas urbanas foram restritas ao tecido urbano consolidado - sedes do município e dos distritos e algumas áreas de expansão urbana, regulamentadas por um zoneamento específico que as condicionam à uma Outorga Onerosa de Transformação de Uso (rural para urbano) –

instrumento definido no Projeto de Lei do Plano Diretor. A expansão urbana fica condicionada através desse zoneamento à elaboração de estudos e planos urbanísticos específicos que respeitem os aspectos ambientais e a proximidade com o perímetro urbano (UFMG, 2019). Em relação ao zoneamento, a agricultura foi incorporada especialmente naqueles que constituem a TVA, quais sejam, nas Zonas de Proteção, conforme a Figura 7 a seguir, e principalmente na forma de Zonas de Diretrizes Especiais, na Figura 8 adiante.

**Figura 7 - Agricultura nas Zonas de Proteção dos Planos Diretores**



Fonte: elaboração própria a partir da Minuta do Projeto de Lei dos Plano Diretores (UFMG, 2019).

Além do zoneamento, foi proposta a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de Apoio à Transição Agroecológica, com programas para apoio às atividades rurais, às atividades de abastecimento, à agricultura urbana, à promoção da qualidade de vida no meio rural e à regulamentação e instalação de empreendimentos individuais, empreendimentos solidários, microempresas e empresas de pequeno porte. Essa política dialoga com a PMISAN e inclui explicitamente a agroecologia como tema central, assim como o fortalecimento da agricultura nos municípios. A estrutura dos programas das políticas municipais se baseia na política metropolitana (apoio a atividades rurais, a atividades de abastecimento, a agricultura urbana e a qualidade de vida no meio rural), a qual inclui um novo programa específico sobre regulamentação e apoio a empreendimentos - Empreendedor Individual, Empreendedor Solidário, Microempresários, Cooperativas, dentre outros -, em busca de regulamentar e/ou revisar as legislações municipais específicas sobre atividades

Planejar para alimentar as metrópoles:  
a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte realizadas em pequena escala, de forma individual ou coletiva. Um ponto importante desta política municipal é a relação com a ZDE-TVA-AGROECO, definida como área prioritária de implementação das diretrizes e propostas.

**Figura 08 - Agricultura nas Zonas de Diretrizes Especiais dos Planos Diretores**



Fonte: elaboração própria a partir da Minuta do Projeto de Lei dos Plano Diretores (UFMG, 2019).

Assim, o processo de planejamento da RMBH permitiu avançar nas propostas de reestruturação territorial e em especial agricultura, dando-lhe visibilidade e aprimorando ao adotar a pauta da agroecologia. Esta, por sua vez, foi sendo gradativamente incorporada mais explicitamente, o que gerou um zoneamento específico no âmbito municipal. A participação das redes de agroecologia da RMBH foi fundamental para ampliar o debate a partir de uma perspectiva crítica, dialogando com as propostas do plano e as demandas dos atores sociais. De certa forma, o zoneamento se mostra inovador, dada a pouca expressividade de experiências brasileiras de convergências entre as questões urbanas, socioambientais e agrícolas no âmbito de elaboração de planos diretores e leis de uso e ocupação do solo.

## 6. Considerações Finais

A trajetória de planejamento da RMBH evidencia que a pauta da agricultura, e particularmente da agroecologia, tem bastante aproximação com a temática ambiental, apontando para uma superação parcial dos conflitos entre esses dois campos. Recorrentemente, a agricultura é vista como um uso e/ou atividade de potencial impacto ambiental negativo, principalmente quando orientada por modelos produtivos alinhados ao agronegócio e à agroindústria. Nesse sentido, a ecologização da agricultura aproxima os campos e aponta uma riqueza de propostas que reposicionam a agricultura como uso compatível e recomendado (principalmente em termos de requalificação de áreas degradadas). Por outro lado, a agroecologia aproxima da pauta ambiental questões relacionadas à justiça ambiental e territorial (acesso à terra e à água, por exemplo), à dimensão cultural (por meio da disseminação de práticas e saberes tradicionais), bem como alternativas socioeconômicas alinhadas às noções de sustentabilidade para enfrentar as condições vulneráveis das agricultoras e agricultores familiares e urbanas/os, como sugerido na proposta da TVA na escala dos municípios.

Apesar do esforço, é importante reconhecer e refletir sobre a distância entre a elaboração desses instrumentos de planejamento e a execução das propostas tanto no âmbito metropolitano como local, além das diversas disputas e conflitos interesses políticos e econômicos, alguns dos quais transparecem nas instâncias de participação, outros viriam a se manifestar em etapas posteriores do processo. Somente com uma efetiva apropriação das propostas do planejamento metropolitano por parte dos governos locais e da sociedade civil, será possível garantir sua efetividade.

Além disso, ainda predomina uma ausência de coordenação e cooperação federativa e parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais para fomentar a produção e o abastecimento alimentar. No atual contexto, ocorre precarização e periferação das atividades produtivas agrícolas na RMBH, gerando gastos com deslocamentos devido à centralização excessiva na distribuição de alimentos na capital Belo Horizonte. Esse aumento das distâncias entre produção e distribuição dos alimentos que abastecem as cidades reforça a dependência de produtos alimentícios externos e industrializados que podem ser mais facilmente estocados.

Uma pauta futura para o fortalecimento das políticas territoriais e de segurança alimentar com base na agroecologia aponta a necessidade de um conjunto articulado de medidas e estratégias de atuação interinstitucional tais como, a regularização fundiária articulada a propostas mais progressistas que incorporem a agricultura nas áreas rurais e urbanas; o fortalecimento das experiências agrícolas existentes através de políticas públicas com orçamento garantido; provisão de infraestruturas urbanas e serviços por meio de

Planejar para alimentar as metrópoles:

a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte investimentos públicos; promoção de feiras locais e da economia popular e solidária; programas de redução de agrotóxicos; dentre outras.

## Referências

ABRUCIO, F. Para além da descentralização: os desafios da Coordenação Federativa no Brasil In: FLEURY, S. *Democracia, descentralização e desenvolvimento*: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77-125.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 7–12.

ALMEIDA, D. *Isto e Aquilo* - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Geografia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

BRASIL - Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

BRASIL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. 2006.

COSTA, H.; OLIVEIRA, A.; ALMEIDA, D. Buscando um urbano metropolitano a partir da natureza e da cultura: uma discussão a partir do caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: CARNEIRO, J.; FREY, K. (Orgs.). *Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável* - experiências do Brasil e da Alemanha. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 297-319.

COSTA, H.; MENDONÇA, J. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, F. et al. (Orgs.). *Grandes projetos metropolitanos*. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 46-65.

EUCLYDES, A. C. *A hipótese otimista*: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul. Tese (Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

FERNANDES, A. Gestão Metropolitana no Brasil: a trajetória de evolução institucional. In: Encontro de Administração Pública e Governo, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador/BA, 2012.

GONÇALVES, R.; MARRA, N. Regiões Metropolitanas: uma modalidade de gestão desconcentrada e cooperativa. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p. 169-177, jan./jun. 2012.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, v. 25, p.115-34, 2006.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011 [1968].

MONTE-MÓR, R. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

MOUGEOT, L. *Agropolis*: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. London: Earthscan/IDRC, 2005.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENGURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul./set. 2016

OLIVEIRA, A.M. *A Trama verde e azul*: Transitando entre a abstração e a experiência urbana. Tese (Geografia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.



OLIVEIRA, A.M.; COSTA, H. A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, p. 538 - 555, 2018.

ORNELAS, G. *Agroecologia e Regiões Metropolitanas: desafios e possibilidades para a gestão local e regional na RMBH*. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

PLOEG, J. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*. mimeo, 2007.

SILVA, L.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. *Cadernos MetrÓpole*, 19, p. 27-47. 2008.

TOMANIK, R. Rural versus urbano: quais são as regras da disputa? Uma discussão a partir da aplicação do artigo 42-B do Estatuto da Cidade em Betim / MG. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, 2017.

TONUCCI FILHO, J.B. *Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH*. Dissertação (Arquitetura). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

TUPY, I.; ALMEIDA, D.; MELGAÇO, L. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. *Cadernos de Agroecologia*, v, 10, n. 3, out 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Plano Metropolitano / Macrozoneamento da RMBH*. Produto 02. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Plano Metropolitano/ Macrozoneamento da RMBH*. Produto 05. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Relatório do processo de formação dos grupos de acompanhamento e dos lançamentos dos processos de revisão dos Planos Diretores*. Produto 01. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Proposta de Estrutura Territorial. Processo de Revisão Plano Diretor*. Produto 08. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

UFMG; PUCMINAS; UEMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Relatório Final. Belo Horizonte: 2011.